

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 31**

De acordo com o disposto na Lei Distrital n.º 1.399/1997, na Lei Distrital n.º 41/1989 e no Decreto Distrital n.º 12.960/1990, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os projetos com significativo potencial poluidor devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, após a realização do estudo de impacto ambiental e audiência pública.
- Ⓑ A construção, a reconstrução, a reforma, a ampliação de sistemas de saneamento básico independem de prévia aprovação de seus projetos pela Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.
- Ⓒ Compete às comissões de defesa do meio ambiente aplicar medidas para sanar a degradação ambiental, bem como elaborar o plano de trabalho, de forma a cooperar na implantação da Política Ambiental do Distrito Federal.
- Ⓓ É dever da CAESB assegurar os pontos de captação de interesse do abastecimento hídrico de água, inclusive no que se refere à manutenção da infraestrutura de vigilância e proteção, cerca, guarita e destacamento de guarda, cabendo ao Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal fiscalizar o cumprimento dessa exigência.
- Ⓔ Cabe à CAESB manter público o registro permanente de informações sobre a qualidade da água dos sistemas de abastecimento.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **Correta.** A opção é a literalidade do § 10 do artigo 15, parágrafo 10 da Lei Distrital n.º 1.399/1997.* /

||B|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o parágrafo único, do artigo 21 da Lei Distrital n.º 41/1989.* /

||C|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 16 do Decreto Distrital n.º 12.960/1990.* /

||D|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 31 do Decreto Distrital n.º 12.960/1990.* /

||E|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 24 da Lei Distrital n.º 41/1989.* /

Questão 32

Com base na Lei n.º 14.785/2023, assinale a opção correta.

- Ⓐ Denomina-se agente biológico o organismo vivo que demanda controle pelo uso de agrotóxico ou de produto de controle ambiental.
- Ⓑ Compete à União a efetivação das ações de controle e de fiscalização quando a unidade da Federação não dispuser da estrutura necessária para tal.
- Ⓒ As embalagens dos agrotóxicos, dos produtos de controle ambiental e afins terão lacre de segurança para uso contínuo que garanta a mitigação do risco de vazamento e contaminação por manipulação do produto.
- Ⓓ Entre as sanções aplicáveis àquelas que cometam infração administrativa consistente na utilização de agrotóxicos sem registro do órgão competente inclui-se a suspensão do registro profissional pelo prazo de até 5 anos.
- Ⓔ É dever das empresas titulares de registro encaminhar ao órgão federal registrante, até 31 de janeiro de cada ano, os dados anuais referentes às quantidades de produtos importados, exportados, produzidos, formulados e comercializados.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **Incorreta.** O conceito descrito na opção refere-se a alvo biológico previsto no artigo 2º, inciso V da Lei n.º 14.785/2023.* /

||B|| - **Incorreta.** Conforme o artigo 8º parágrafo único da Lei n.º 14.785/2023, a União prestará apoio necessário às ações de controle e de fiscalização à unidade da Federação.* /

||C|| - **Incorreta.** O artigo 41 determina que o lacre seja irremediavelmente destruído após aberto pela primeira vez, mas não com o objetivo de mitigação do risco de vazamento e contaminação por manipulação do produto.* /

||D|| - **Incorreta.** Não há a previsão da sanção descrita na opção.* /

||E|| - **Correta.** É o teor do artigo 40 da Lei n.º 14.785/2023.* /

Questão 33

Com base na Lei da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n.º 11.445/2007) e na Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997), assinale a opção correta.

- Ⓐ Os contratos de prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico poderão ter vigência até o ano de 2045.
- Ⓑ O uso de recursos hídricos para o aproveitamento dos pequenos potenciais hidrelétricos dispensa a outorga do poder público.
- Ⓒ Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.
- Ⓓ O prazo máximo para que os usuários conectem suas edificações à rede de esgotos, quando disponível, é de seis meses.
- Ⓔ Todos os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos devem obrigatoriamente aplicados na bacia hidrográfica em que sejam gerados.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **Incorreta.** Ver artigo 10- B da Lei n.º 11.445/2007. * /

||B|| - **Incorreta.** Ver o artigo 12, §1º, da Lei de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997).* /

||C|| - **Correta.** A opção está de acordo com o artigo 35, XI da Lei n.º 9.433/1997.* /

||D|| - **Incorreta.** Ver o artigo 45, parágrafo 6º da Lei n.º 11.445/2007.* /

||E|| - **Incorreta.** Ver o artigo 22 da Lei de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997)* /

Questão 34

De acordo com a Lei n.º 12.651/2012, a Lei n.º 6.766/1979 e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- Ⓐ As áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a proteger belezas cênicas naturais são consideradas área de preservação permanente, por interesse social.
- Ⓑ As limitações impostas pelo Código Florestal quanto à extensão não edificável nas áreas de preservação permanente de qualquer curso d'água, perene ou intermitente, em trechos caracterizados como área urbana consolidada, prevalecem sobre as normas impostas pela Lei n.º 6.766/1979.
- Ⓒ O Código Florestal exige que a reserva legal seja averbada na matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis, ainda que haja o seu registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Ⓓ Os parcelamentos do solo urbano situados nas zonas habitacionais declaradas de interesse social (ZHIS) terá como infraestrutura mínima o escoamento das águas pluviais, soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar e a rede de abastecimento de água potável.
- Ⓔ Em se tratando de loteamento localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberá ao Estado, assim como a definição das áreas de proteção especial.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012) não contempla a hipótese apresentada na opção, conforme pode se verificar ao analisar o artigo 6º da Lei n.º 12.651/2012. */

||B|| - **Correta.** Nesse sentido é a decisão do STJ no Tema Repetitivo 1010.*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com a jurisprudência do STJ o registro no CAR dispensa a averbação da reserva legal junto ao Cartório de Registro de Imóveis. (REsp. 1.645.909/MG, Rel. min. Regina Helena Costa, DJe 19.12.2018; REsp. 1.276.114/MG, Rel. min. Og Fernandes, DJe 11.10.2016)".*/

||D|| - **Incorreta.** A opção deixa de elencar como requisito mínimo as vias de circulação (art. 2º da Lei n.º 6.766/1979). */

||E|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 13, parágrafo único, c/c artigo 14 da Lei n.º 6.766/1979.*/

▼ Questão 35

Com relação aos princípios ambientais e às disposições constitucionais relativas ao meio ambiente, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do STF.

- Ⓐ Segundo o princípio do acesso equitativo aos recursos minerais, os usuários só poderão usar os bens ambientais na proporção das suas necessidades presentes e futuras.
- Ⓑ A localização das usinas que operem com reator nuclear será definida em lei complementar federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- Ⓒ A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Cerrado são patrimônio nacional, e sua utilização deve respeitar as condições que assegurem a preservação do meio ambiente.
- Ⓓ O princípio do desenvolvimento sustentável assegura ao ser humano o direito de desenvolver-se e realizar as suas potencialidades, quer individual, quer socialmente, além do direito de assegurar aos seus pósteros as mesmas condições favoráveis.
- Ⓔ O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do fundo clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, sendo permitido seu contingenciamento, apenas de forma excepcional e previamente justificada, em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente, de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, bem como do princípio constitucional da separação dos poderes.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O princípio do acesso equitativo aos recursos ambientais dispõe que a prioridade do uso de bens poderá ser feita pelos usuários na proporção de suas necessidades presentes, e não futuras, como afirma a opção. */

||B|| - **Incorreta.** A lei que definirá a localização de usinas que operem com reator será ordinária.*/

||C|| - **Incorreta.** O cerrado não é patrimônio nacional, nos termos do artigo 225, parágrafo 4º, da CF..*/

||D|| - **Correta.** O princípio foi inserido na Convenção de Estocolmo (1972): direito do ser humano de desenvolver-se e realizar as suas potencialidades, quer individual quer socialmente, e o direito de assegurar aos seus pósteros as mesmas condições favoráveis. */

||E|| - **Incorreta.** Ver o julgamento da ADPF/DF 708, de rel. min. Roberto Barroso.*/

▼ Questão 36

Com base na Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010), assinale a opção correta.

- Ⓐ Decorre do princípio da responsabilidade compartilhada a definição de ciclo de vida dos produtos como o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, comerciantes, consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para organizar os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental.
- Ⓑ A referida lei privilegiou o princípio do protetor-recebedor, segundo o qual, quem protege o meio ambiente merece em troca o reconhecimento da coletividade e do poder público, de forma que deve receber retribuições ou compensações econômicas, quando a sociedade e o poder público estejam em condições de fazê-lo, mediante legislação específica.
- Ⓒ A ordem de prioridade a ser observada na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos é a seguinte: geração, redução, reutilização, reciclagem, separação, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos.
- Ⓓ Os municípios com menos de 20.000 habitantes poderão dispensar o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, salvo se estiverem localizados em território que abranja, total ou parcialmente, unidades de conservação.
- Ⓔ É proibido o lançamento de resíduos sólidos ou rejeitos *in natura* a céu aberto, inclusive os resíduos de mineração, como forma de disposição final, bem como a queima em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O ciclo de vida dos produtos é o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas de todos os atores: fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume dos resíduos sólidos e rejeitos gerados. E não para organizar o volume dos resíduos sólidos, como afirma a opção. Conforme, a previsão do artigo 3º, inciso XVII da Lei n.º 12.305/2010. */

||B|| - **Correta.** De acordo com o artigo 6º, inciso II da Lei n.º 12.305/2010 são princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos o poluidor-pagador e o protetor-recebedor. O princípio prevê benefícios em favor de quem protege o meio ambiente quando a sociedade e o poder público estiverem em condição de fazê-lo, por meio de legislação específica.*/

||C|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o artigo 9º da Lei n.º 12.305/2010.*/

||D|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 19, parágrafo 2º, da Lei de Resíduos Sólido. Na situação de municípios com menos de 20.000 habitantes o legislador facultou a elaboração de plano municipal de resíduos sólidos simplificado. O §9º do mesmo artigo possibilita a dispensa quando o município optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos. */

||E|| - **Incorreta.** Ver artigo 47, inciso II, da Lei n.º 12.305/2010.*/

Questão 37

Com base no disposto na Lei n.º 6.938/1981, na Lei n.º 9.605/1998 e na jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas situações em que houver despejo irregular de esgoto não tratado em área de arrecifes e estuário, a ausência de prova técnica para a comprovação do efetivo dano ambiental inviabiliza o reconhecimento do dever de reparação ambiental.
- Ⓑ A poluição representa a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente afetem desfavoravelmente a biota, as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, bem como lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
- Ⓒ A situação econômica do infrator é um dos critérios de imposição e graduação da penalidade, a ser avaliado na aplicação da pena restritiva de direito, multa ou prestação de serviços à comunidade.
- Ⓓ Segundo o STJ, a conduta de causar poluição em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana é de natureza material, sendo imprescindível a realização de perícia.
- Ⓔ As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo possível exigí-las do proprietário ou do possuidor atual, de qualquer dos anteriores, mas nunca de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **Incorreta.** A jurisprudência do STJ firmou entendimento no sentido que há dever de reparação do dano ambiental ainda que ausente a prova técnica, no caso de despejo irregular de esgoto. [REsp 2.065.347-PE*](#)

||B|| - **Correta.** É o teor do artigo 3º, inciso III, da Lei n.º 6.938/1981.*

||C|| - **Incorreta.** A situação econômica do infrator só é relevante para imposição da pena de multa, conforme a previsão do artigo 6º da Lei n.º 9.605/1998.*

||D|| - **Incorreta.** A jurisprudência do STJ entende que o crime previsto no artigo 54 (causar poluição) é de natureza formal. [AgRg no REsp 2011902/MG*](#)

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o STJ as obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, e portanto, podem ser exigidas de qualquer pessoa que fez parte da cadeia sucessória (proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos,) ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente (RECURSO ESPECIAL N.º 1.953.359 - SP).*

Questão 38

No que se refere às pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ As empresas públicas e as autarquias são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno.
- Ⓑ Todas as espécies de fundações são consideradas pessoas jurídicas de direito público, independentemente de terem sido instituídas pelo poder público ou pela iniciativa privada.
- Ⓒ Todas as pessoas jurídicas instituídas pelo poder público são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno.
- Ⓓ As empresas públicas são necessariamente pessoas jurídicas de direito privado.
- Ⓔ Conforme os objetivos para os quais tenham sido instituídas, as autarquias podem ser consideradas pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **Incorreta.** Conforme o Código Civil brasileiro (art. 41, inciso IV), as autarquias são consideradas pessoas jurídicas de direito público. Entretanto, as empresas públicas, embora instituídas pelo poder público, possuem natureza jurídica de direito privado (art. 44, inciso II).*

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o Código Civil brasileiro, as fundações podem ser instituídas pelo poder público ou pela iniciativa privada. As fundações instituídas pelo poder público são consideradas pessoas jurídicas de direito público (art. 41, inciso V). Por seu turno, as fundações instituídas pela iniciativa privada possuem natureza jurídica de direito privado (art. 44, inciso III).*

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o Código Civil brasileiro, nem todas as pessoas jurídicas instituídas pelo poder público são consideradas pessoas jurídicas de direito público. As empresas públicas, por exemplo, são instituídas pelo poder público, mas possuem natureza jurídica de direito privado.*

||D|| - **Correta.** De acordo com o Código Civil brasileiro, as empresas públicas, embora sejam instituídas pelo poder público, possuem natureza jurídica de direito privado. Trata-se de uma sociedade empresarial, nos moldes do art. 44, inciso II, do Código Civil.*

||E|| - **Incorreta.** Conforme o Código Civil brasileiro, as autarquias são necessariamente instituídas pelo poder público e por esse motivo são consideradas pessoas jurídicas de direito público (art. 41, inciso IV).*

Questão 39

Carlos e Bruna formalizaram um negócio jurídico que dispunha sobre direitos e obrigações recíprocas, além de conter disposição de prazos para o seu cumprimento e imposição de multas para eventuais inadimplementos. No entanto, eles, intencionalmente, omitiram informações importantes acerca das obrigações pactuadas, tendo, portanto, agido com dolo.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tanto Carlos quanto Bruna podem exigir a anulação do negócio, não tendo nenhum deles direito a indenização por eventuais danos por eles sofridos.
- Ⓑ Em caso de inadimplemento de Carlos, apenas ele poderá exigir a anulação do negócio, sendo indevido o pagamento de indenização por eventuais danos por ele sofridos.
- Ⓒ Em caso de inadimplemento de Carlos, apenas ele poderá exigir a anulação do negócio, com direito ao pagamento de indenização por eventuais danos por ele sofridos.
- Ⓓ Se Bruna sofrer dano, apenas ela poderá exigir a anulação do negócio, sendo, nesse caso, devido o pagamento de indenização por eventuais danos por ela sofridos.
- Ⓔ Nem Carlos nem Bruna poderão exigir a anulação do negócio, tampouco reclamar indenização.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro, em seu art. 150, define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.*/

||B|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro, em seu art. 150, define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.*/

||C|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro, em seu art. 150, define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.*/

||D|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro, em seu art. 150, define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.*/

||E|| - **Correta.** O Código Civil brasileiro regula os negócios jurídicos na Parte Geral, Livro II, Título I. O art. 171, inciso II, do referido instrumento normativo define que, além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico, por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. Entretanto, o art. 145 define que os negócios jurídicos são anuláveis por dolo, quando este for a sua causa. Já o art. 147 do mesmo diploma legal define que, nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado. Por fim, cumpre salientar que o art. 150 define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.*/

Questão 40

Suponha que duas empresas tenham formalizado um contrato com cláusulas de obrigação de fazer coisa certa e especificado datas futuras para o cumprimento das obrigações contratadas, bem como estipulado prazo prescricional para exigirem o cumprimento das obrigações pactuadas, em caso de inadimplemento. Nessa situação hipotética, a pactuação do prazo prescricional é

- Ⓐ nula de pleno direito, independentemente do prazo estipulado.
- Ⓑ válida, desde que obedeça ao prazo previsto na legislação civil vigente.
- Ⓒ válida, qualquer que seja o prazo estipulado pelos contratantes.
- Ⓓ válida, desde que tenha ampliado o prazo estatuído pela legislação civil vigente.
- Ⓔ válida, desde que tenha reduzido o prazo estatuído pela legislação civil vigente.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.*/

||B|| - **Correta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.*/

||C|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.*/

||D|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.*/

||E|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.*/

Questão 41

Gustavo deve oitenta mil reais a Luiz e é credor de Roberto, que deve a Gustavo a quantia de cem mil reais. Gustavo e Roberto pretendem formalizar um contrato segundo o qual Roberto pague, à vista, a Gustavo a quantia de vinte mil reais e assumam a obrigação de pagar a dívida que Gustavo tem para com Luiz.

Em relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que

- Ⓐ é juridicamente admissível a assunção da dívida, seja por instrumento público ou particular, independentemente da anuência de Luiz.
- Ⓑ é juridicamente admissível a assunção da dívida, desde que seja realizada por instrumento público, independentemente da anuência de Luiz.
- Ⓒ é juridicamente admissível a assunção da dívida, desde que seja realizada por instrumento particular subscrito por Gustavo, por Roberto e por duas testemunhas, independentemente da anuência de Luiz.
- Ⓓ é juridicamente admissível a assunção da dívida, seja por instrumento público ou particular, mas ela dependerá da anuência de Luiz.
- Ⓔ é juridicamente inadmissível a transmissão de obrigação de pagar quantia certa.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor.*/

||B|| - **Incorreta.** A assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor. A legislação civil em vigor não exige maiores formalidades, o que significa dizer que a assunção de dívida pode ser firmada por instrumento público ou particular.*/

||C|| - **Incorreta.** A assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor. A legislação civil em vigor não exige maiores formalidades, o que significa dizer que a assunção de dívida pode ser firmada por instrumento público ou particular.*/

||D|| - **Correta.** O Código Civil regula a transmissão de obrigação pela assunção de dívida na Parte Especial, Livro I, Título II, Capítulo II. Por sua vez, o direito dos contratos está regulado na Parte Especial, Livro I, Título V. O art. 299 do referido instrumento normativo define que é facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava. Conforme pode ser constatado, a assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor. Ressalta-se que a legislação civil em vigor não exige maiores formalidades, o que significa dizer que a assunção de dívida pode ser firmada por instrumento público ou particular.*/

||E|| - **Incorreta.** O art. 299 do Código Civil define que é facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava. Conforme pode ser constatado, a assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor.*/

▼ Questão 42

Non que se refere aos bens públicos, julgue os itens a seguir.

- I Os bens pertencentes às fundações públicas são considerados bens públicos.
- II Os veículos são considerados bens públicos de uso especial e, ocorrendo sua desafetação, sujeitam-se a alienação.
- III Os prédios públicos utilizados como sedes de hospitais públicos e fóruns de justiça são considerados bens públicos dominicais.
- IV Os bens públicos de uso comum não podem ser objeto de usucapião, mas podem ser objeto de constrição judicial.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** O item I está certo. Por expressa disposição legal (art. 41, inciso V, do Código Civil), as fundações públicas são consideradas pessoas jurídicas de direito público. Portanto, os bens pertencentes às fundações públicas são considerados bens públicos. O item II está certo. O art. 98 do Código Civil do referido instrumento normativo define que os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Já o seu art. 99, inciso II, define que os bens públicos de uso comum são aqueles bens (móveis ou imóveis), que se destinam (afetação) ao uso pelo próprio poder público para a prestação de serviços. Ressalta-se ainda que, no direito administrativo, ocorre a desafetação sempre que um bem público perde a qualidade para uso por parte do poder público. Portanto, os veículos são considerados bens públicos de uso especial e, quando ocorre a sua desafetação, eles ficam sujeitos a alienação.*/

||B|| - **Incorreta.** O item IV está errado. O art. 98 do Código Civil define que os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Por seu turno, o art. 102 do mesmo diploma legal define que os bens públicos não estão sujeitos a usucapião. Portanto, os bens públicos de uso comum não podem ser objeto de usucapião e nem de constrição judicial.*/

||C|| - **Incorreta.** O item III está errado. Conforme o Código Civil (art. 99), os bens públicos de uso especial são aqueles bens que se destinam (afetação) ao uso pelo próprio poder público para a prestação de serviços, como, por exemplo, os hospitais públicos e fóruns de justiça. Já os bens públicos dominicais são aqueles bens que não possuem destinação pública própria ou específica (bens desafetados). Portanto, os hospitais públicos e fóruns de justiça são considerados bens públicos de uso especial e não bens públicos dominicais.*/

||D|| - **Incorreta.** O item III está errado. Conforme o Código Civil (art. 99), os bens públicos de uso especial são aqueles bens que se destinam (afetação) ao uso pelo próprio poder público para a prestação de serviços, como, por exemplo, os hospitais públicos e fóruns de justiça. Já os bens públicos dominicais são aqueles bens que não possuem destinação pública própria ou específica (bens desafetados). Portanto, os hospitais públicos e fóruns de justiça são considerados bens públicos de uso especial e não bens públicos dominicais.

O item IV está errado. O art. 98 do Código Civil define que os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Por seu turno, o art. 102 do mesmo diploma legal define que os bens públicos não estão sujeitos a usucapião. Portanto, os bens públicos de uso comum não podem ser objeto de usucapião e nem de constrição judicial.*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e II estão certos.*/

▼ Questão 43

Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado da decisão, o juiz poderá conhecer de ofício e proferir sentença terminativa acerca de

- A ilegitimidade de parte e decadência.
- B falta de pressuposto processual e existência de convenção de arbitragem.
- C existência de litispendência e prescrição.
- D existência de coisa julgada e morte da parte em ação considerada intransmissível por disposição legal.
- E ausência de interesse processual e renúncia tácita à pretensão formulada pela parte.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de ilegitimidade de parte (art. 485, inciso VI), mas, em caso de decadência, embora também possa conhecer de ofício (art. 332, §1º), a sentença será de mérito (art. 487, inciso II).*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de falta de pressuposto processual (art. 485, inciso IV). Entretanto, por falta de previsão legal, o juiz não pode conhecer de ofício acerca da convenção de arbitragem.*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de litispendência (art. 485, inciso V), mas, em caso de prescrição, embora também possa conhecer de ofício (art. 332, §1º), a sentença será de mérito (art. 487, inciso II).*/

||D|| - **Correta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de existência de coisa julgada (art. 485, inciso V) e também de morte da parte em ação considerada intransmissível por disposição legal (art. 485, inciso IX).*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de ausência de interesse processual (art. 485, inciso VI). Entretanto, por falta de previsão legal, o juiz não pode conhecer nem declarar de ofício renúncia tácita à pretensão formulada pela parte.*/

Questão 44

Pedro moveu ação reivindicatória em desfavor de Gustavo e, no curso dessa ação, Pedro alienou a Francisco os direitos sobre a coisa demandada.

Acerca da sucessão processual na situação hipotética anterior, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedado ao adquirente suceder o autor no curso do processo.
- Ⓑ A sucessão processual do autor pelo adquirente Francisco é obrigatória nesse caso.
- Ⓒ O adquirente poderá suceder o autor no curso do processo, desde que haja a anuência do réu.
- Ⓓ O adquirente não poderá suceder o autor no curso do processo, mas poderá atuar como seu assistente litisconsorcial.
- Ⓔ O adquirente somente poderá suceder o autor no curso do processo se ocorrer a morte do autor.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, desde que haja a anuência da parte contrária.*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, mas não obrigatória, desde que haja a anuência da parte contrária.*/

||C|| - **Correta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, desde que haja a anuência da parte contrária.*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, desde que haja a anuência da parte contrária.*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, desde que haja a anuência da parte contrária.*/

Questão 45

Depois de julgada procedente determinada ação de cobrança, o demandado interpôs recurso de apelação, o qual, entretanto, foi improvido pelo tribunal competente. Em seguida, ele interpôs recurso especial, que foi admitido pela presidência do tribunal de justiça, mas o demandante pretende promover o cumprimento da decisão que havia julgado procedente o seu pedido.

Nesse caso, a competência para processar o pedido de cumprimento provisório de sentença é

- Ⓐ do juízo que processou a ação de cobrança no primeiro grau de jurisdição.
- Ⓑ da presidência do tribunal de justiça que julgou o recurso de apelação.
- Ⓒ do colegiado do tribunal de justiça que julgou o recurso de apelação.
- Ⓓ da Presidência do STJ.
- Ⓔ do Colegiado do STJ, competente para julgar recurso especial.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.*/

||B|| - **Incorreta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.*/

||C|| - **Incorreta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.*/

||D|| - **Incorreta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.*/

||E|| - **Incorreta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.*/

Questão 46

O Ministério Público Federal propôs ação civil pública por ato de improbidade administrativa imputado a um prefeito municipal, que, em outubro de 2022, auxiliado pelo seu secretário de cultura e pelo procurador municipal, teria firmado contrato para a realização de *shows* artísticos no município, custeados com verbas públicas, mediante dispensa de licitação, em afronta à legislação vigente e com evidente prejuízo ao erário.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a atual jurisprudência do STJ e do STF.

- Ⓐ A ilegalidade da conduta descrita é, por si só, suficiente para a configuração de ato de improbidade administrativa.
- Ⓑ Se não demonstrada a existência clara do elemento subjetivo doloso, não será possível responsabilizar o prefeito por ato de improbidade administrativa.
- Ⓒ O prefeito praticou ato de improbidade administrativa, visto que a ilegalidade da conduta descrita se materializa com a simples culpa do agente.
- Ⓓ A improbidade administrativa na conduta do prefeito subsiste independentemente de dolo, pois ele foi auxiliado pelo secretário de cultura e pelo procurador municipal, ambos nomeados por ele.
- Ⓔ A improbidade administrativa na conduta do prefeito só será afastada se ficar comprovado que o secretário de cultura e o procurador municipal agiram com a intenção de lhe induzir ao erro.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. Conforme a jurisprudência atual, a ilegalidade do ato, por si só, não é suficiente para a configuração de ato de improbidade administrativa. Para responsabilizar o agente público por ato de improbidade administrativa é necessário que fique demonstrada a existência do elemento subjetivo doloso.*/

||B|| - Correta. A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. A jurisprudência atual tem reconhecido que, não demonstrada a existência do elemento subjetivo doloso, não é possível responsabilizar o agente público por ato de improbidade administrativa.*/

||C|| - Incorreta. A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. Conforme a jurisprudência atual, a improbidade administrativa não se materializa com a simples culpa do agente.*/

||D|| - Incorreta. A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. Conforme a jurisprudência atual, a improbidade administrativa não se materializa com a simples culpa do agente. Para responsabilizar o agente público por ato de improbidade administrativa, é necessário que fique demonstrada a existência do elemento subjetivo doloso.*/

||E|| - Incorreta. A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. Conforme a jurisprudência atual, a improbidade administrativa não se materializa com a simples culpa do agente. Para responsabilizar o agente público por ato de improbidade administrativa, é necessário que fique demonstrada a existência do elemento subjetivo doloso.*/

Questão 47

O contrato de trabalho pode ser definido como um negócio jurídico pelo qual uma pessoa natural se obriga a prestar serviços a outra pessoa física ou jurídica. O objeto desse tipo de contrato é a prestação de serviço subordinado e não eventual do empregado ao empregador, mediante o pagamento de salário. Acerca do contrato individual de trabalho e de suas características, assinale a opção correta.

- A** O contrato de trabalho deve ser considerado um pacto solene, pois depende de formalidades previstas em lei.
- B** No contrato de trabalho, deve haver a continuidade na prestação de serviços e o empregador exerce poder de direção sobre a atividade, não havendo um contrato de resultado.
- C** O contrato de trabalho é *intuitu personae*, realizado por pessoa certa e determinada, sendo fungível em relação ao empregado e infungível em relação ao empregador.
- D** O contrato individual de trabalho poderá ser tácito ou expresso, verbal ou escrito, por prazo determinado ou indeterminado, não sendo cabível nos casos de prestação de trabalho intermitente.
- E** O contrato de trabalho por tempo determinado não pode ser celebrado verbalmente, por vedação legal, devendo ser firmado por escrito, a fim de evitar fraudes na contratação.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O contrato de trabalho não é um pacto solene, pois independe de quaisquer formalidades, podendo ser ajustado de forma tácita ou expressa, bem como verbalmente ou por escrito (art. 443 da CLT). Havendo consenso entre as partes, o contrato de trabalho estará acordado.*/

||B|| - Correta. No contrato de trabalho, deve haver a continuidade na prestação de serviços, motivo por que se diz que ele é de trato sucessivo ou de duração, pois não é instantâneo, não se exaurindo no cumprimento de uma única prestação. No pacto laboral, contrata-se atividade. As prestações são feitas continuamente no tempo. O empregador exerce poder de direção sobre a atividade do obreiro, não havendo um contrato de resultado. O contrato de trabalho, ao contrário do contrato de seguro, não é contrato de risco.*/

||C|| - Incorreta. O contrato de trabalho é, em relação ao trabalhador, infungível. Não pode o empregado fazer-se substituir por outra pessoa, sob pena de o vínculo formar-se com a última. O empregado somente poderá ser pessoa física, pois não existe contrato de trabalho em que o trabalhador seja pessoa jurídica, podendo ocorrer, no caso, prestação de serviços, empreitada etc.*/

||D|| - Incorreta. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente (art. 443 da CLT).*/

||E|| - Incorreta. O contrato de trabalho por tempo determinado pode ser celebrado verbalmente, conforme prevê o art. 443 da CLT.*/

Questão 48

Plínio, estudante de engenharia mecânica, começou a laborar para a empresa Alpha Ltda., em Brasília – DF, no dia 10/10/2021, na função de operador de máquina, percebendo salário de R\$ 1.800,00. Sua jornada de trabalho era de segunda a sábado, das 12 h 00 min às 22 h 00 min, com 30 minutos de intervalo intrajornada, não previsto em norma coletiva. A partir de 20/1/2022, Augusta, formada em logística, começou a trabalhar na empresa, exercendo a mesma função de Plínio, porém recebendo salário de R\$ 2.500,00. Em 15/9/2023, Plínio foi dispensado sem justa causa e recebeu aviso prévio indenizado e verbas rescisórias 30 dias após a extinção do contrato de trabalho.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com as normas trabalhistas em vigor que dispõem sobre jornada de trabalho e salário.

- Ⓐ As verbas rescisórias não foram pagas a Plínio fora do prazo, pois, na dispensa sem justa causa, tais verbas devem ser pagas em até 30 dias após o recebimento do aviso de sua dispensa.
- Ⓑ A ausência de identidade de formação acadêmica entre Plínio e Augusta impede, por si só, o reconhecimento de equiparação salarial, ainda que desempenhem funções idênticas e com igual produtividade.
- Ⓒ O excesso de jornada observado no caso de Plínio deve ser remunerado com adicional mínimo de 50% sobre o valor da hora normal trabalhada, e as horas excedentes deverão integrar a base de cálculo de outras eventuais verbas rescisórias.
- Ⓓ A definição do intervalo intrajornada de 30 minutos, em jornada diária superior a 8 horas, é válida por presunção de regularidade, mesmo na ausência de norma coletiva expressa.
- Ⓔ O intervalo intrajornada de 30 minutos foi concedido de forma correta, pois a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o autoriza expressamente.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O recebimento das verbas rescisórias 30 dias após o término do vínculo constitui desrespeito ao prazo de 10 dias e enseja multa de 1 salário (art. 477, § 8.º, da CLT).*/

||B|| - **Incorreta.** O art. 461 da CLT estabelece que a diferença de formação acadêmica não impede a equiparação, salvo se a formação for exigência objetiva do cargo ou gerar diferença de produtividade ou perfeição técnica. Assim, a formação superior de Augusta em logística não impede automaticamente a equiparação salarial com Plínio.*/

||C|| - **Correta.** Excesso de jornada gera hora extra (art. 7.º, XIII, da CF ou art. 58 da CLT), com adicional de 50% e reflexos.*/

||D|| - **Incorreta.** O intervalo intrajornada de até 30 minutos só é válido se estiver previsto em norma coletiva e se houver refeitório adequado (art. 71, § 3.º, CLT). A presunção de validade não suprime a exigência legal nem autoriza a dispensa dessas condições.*/

||E|| - **Incorreta.** Só é permitido o intervalo intrajornada mínimo mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho.*/

Questão 49

No dia 9/7/2023, Valéria, então empregada da empresa Beta Ltda., na função de serviços gerais, fraturou o braço direito ao ter escorregado em uma poça de água formada devido a uma goteira localizada em seu ambiente de trabalho. Logo em seguida ao ocorrido, ela foi encaminhada ao hospital, onde foi submetida a cirurgia. Na ocasião do acidente, a empresa emitiu a comunicação de acidente de trabalho (CAT), e Valéria recebeu auxílio-doença acidentário até 25/10/2024, quando foi liberada para retomar suas atividades laborais. Em 2/1/2025, seu empregador a dispensou sem justa causa. Além disso, ela tivera despesas de R\$ 2.500,00 com tratamento fisioterapêutico e medicações.

A respeito da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ A empresa agiu corretamente ao dispensar Valéria, pois ela já havia recebido a alta previdenciária e não atendia mais à capacidade física necessária para exercer sua função.
- Ⓑ Houve ilícito culposos da empresa, que deveria ter realizado manutenção em suas instalações para manter o ambiente seguro. Por essa razão, cabe indenização a Valéria pelo prejuízo material sofrido.
- Ⓒ Valéria não poderia ter sido dispensada porque estava sob a proteção da estabilidade provisória, que se estende até 1 ano após a data do acidente de trabalho.
- Ⓓ Valéria poderá solicitar sua reintegração, mas não tem direito a indenização, pois o acidente não lhe gerou incapacidade total, não havendo culpa da empresa para sua responsabilização pelo acidente.
- Ⓔ Caso Valéria queira pleitear sua reintegração via reclamação trabalhista, ela terá o prazo decadencial de 5 anos para fazê-lo, sob pena de reconhecimento da prescrição quinquenal.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A empresa não poderia ter demitido Valéria, pois ela ainda estava sob a proteção da estabilidade provisória, pois, conforme o art. 118 da Lei n.º 8.213/1991, o empregado que sofre acidente de trabalho tem direito à estabilidade provisória de 12 meses após o término do benefício acidentário. Valéria recebeu auxílio-doença acidentário até 25/10/2024. Logo, sua estabilidade duraria até 25/10/2025. Como foi dispensada em 2/1/2025, ainda estava no período de estabilidade. A alegação de incapacidade física não impede a estabilidade, salvo em caso de invalidez total e permanente, o que não consta na narrativa, mesmo porque foi autorizado seu retorno às atividades laborais.*/

||B|| - **Correta.** A responsabilidade civil do empregador por acidente de trabalho decorre do art. 7.º, XXVIII, da Constituição Federal de 1988, que prevê a indenização por dolo ou culpa. A omissão quanto à manutenção do ambiente de trabalho caracteriza culpa da empresa, nos termos do art. 186 e 927 do Código Civil, por ela deixar de garantir um ambiente seguro. O art. 157, I e II, da CLT impõe ao empregador o dever de cumprir e fazer cumprir normas de segurança. As despesas com fisioterapia e medicamentos (dano material) são indenizáveis quando decorrem de conduta culposa do empregador.*/

||C|| - **Incorreta.** A estabilidade provisória do acidentado se estende por doze meses após a data do recebimento do último benefício previdenciário decorrente do acidente. A contagem da estabilidade não se inicia a partir da data do acidente, mas sim do término do benefício acidentário, conforme o art. 118 da Lei 8.213/1991.*/

||D|| - **Incorreta.** É cabível pedido de reintegração ou, subsidiariamente, de indenização (art. 118 da Lei n.º 8.213/1991). A empresa pode ser responsabilizada por acidente de trabalho com base na culpa (art. 7.º, XXVIII, da Constituição Federal de 1988 e art. 927 do Código Civil), quando houver omissão ou negligência, como no caso da goteira no local de trabalho. A indenização por dano material ou moral independe de invalidez total. Basta haver nexo causal, dano e culpa. O fato de o acidente ter ocorrido em ambiente inseguro gera o dever de indenizar, ainda que Valéria tenha se recuperado.*/

||E|| - **Incorreta.** O prazo é de 2 anos (prescrição bienal), conforme o art. 11 da CLT. O prazo aplicável não é decadencial, e sim prescricional, conforme o art. 7.º, XXIX, da Constituição Federal de 1988. Como o contrato terminou em 2/1/2025, Valéria tem até 2/1/2027 para propor ação. Além disso, a ação de reintegração por dispensa durante estabilidade é típica do processo do trabalho e está submetida à prescrição bienal (não quinquenal).*/

Questão 50

Um produto foi vendido e entregue por terceiro, por meio de uma plataforma de *marketplace* — responsável apenas por processar o pagamento e enviá-lo ao vendedor, sem participar de qualquer outro ato de envio do produto ao consumidor. Ao receber o referido produto, enviado por transportadora, o consumidor identificou a presença de um vício que reduz sua qualidade e o torna inadequado para o uso.

Nessa situação hipotética, a responsabilidade de reparação será

- Ⓐ do fornecedor e, se este não for localizado, do *marketplace*.
- Ⓑ primariamente do fornecedor e subsidiariamente do *marketplace*.
- Ⓒ primariamente do fabricante e subsidiariamente do *marketplace*.
- Ⓓ solidária entre o fornecedor e a transportadora, subsidiária para do *marketplace*.
- Ⓔ solidária entre fornecedor, *marketplace* e fabricante.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Sem respaldo no artigo 18 do CDC. */

||B|| - **Incorreta.** Sem respaldo no artigo 18 do CDC.*/

||C|| - **Incorreta.** Sem respaldo no artigo 18 do CDC.*/

||D|| - **Incorreta.** Sem respaldo no artigo 18 do CDC.*/

||E|| - **Correta.** De acordo com o art. 18 da Lei n.º 8.078/1990.

“Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas”.

Nesse caso, tendo o *marketplace* intermediado diretamente a comercialização do produto, ainda que não seja o responsável pela entrega, terá responsabilidade solidária diante dos vícios que se apresentarem, restando ao consumidor a faculdade de escolher contra quem quer demandar. */

Questão 51

Determinada sociedade empresária, que desempenha sua atividade ofertando pacotes de viagens e hotelaria está em crise financeira interna. Por isso, realizou o cancelamento dos pacotes de viagens dos clientes, o que gerou prejuízos aos consumidores que contrataram seus serviços. A sociedade empresária está em situação de insolvência, ante a dificuldade de satisfação dos créditos devidos.

Nessa situação hipotética, conforme o disposto no Código de Defesa do Consumidor, admite-se

- Ⓐ a responsabilização objetiva dos sócios majoritários.
- Ⓑ a dissolução da sociedade empresarial.
- Ⓒ a desconsideração da personalidade jurídica.
- Ⓓ o parcelamento compulsório da dívida da empresa.
- Ⓔ a inscrição dos sócios em cadastro de inadimplentes.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Sem respaldo no CDC.*/

||B|| - **Incorreta.** Sem respaldo no CDC.*/

||C|| - **Correta.** O CDC admite a aplicação da teoria menor para a desconsideração da personalidade jurídica, conforme expresso no texto do art. 28, §5º.*/

||D|| - **Incorreta.** Sem respaldo no CDC. */

||E|| - **Incorreta.** Sem respaldo no CDC.*/

Questão 52

Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor, julgue os itens a seguir.

- I O direito de arrependimento decairá em sete dias para contratações realizadas dentro de estabelecimentos comerciais.
- II A variação de preço unilateral, prevista em cláusula contratual de consumo, é nula de pleno direito.
- III Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento, os valores pagos durante o prazo de reflexão deverão ser devolvidos de imediato ao consumidor.
- IV Havendo nulidade de qualquer cláusula contratual abusiva, o contrato deverá, obrigatoriamente, invalidado como um todo.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item I está errado. */

||B|| - **Incorreta.** Os itens I e IV estão errados. */

||C|| - **Correta.** Os itens II e III estão certos.

I – Está errado. Conforme o art. 49 do CDC, a manifestação de desistência é aplicável para os casos em que a contratação de serviços e produtos ocorra fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

II – Está certo. O art. 51, X, do CDC dispõe que "Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: [...] X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral [...]".

III – Está certo. É o que prevê o parágrafo único do art. 49, ao dispor que "se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados".

IV – Está errado. A lei prevê que o contrato somente será invalidado quando, a despeito da anulação da cláusula abusiva, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes. Tal disposição encontra-se expressa no art. 51, §2º, Lei 8.078/1990.*/

||D|| - **Incorreta.** O item IV está errado. */

||E|| - **Incorreta.** Estão corretos apenas os itens II e III. Os itens I e IV estão errados. */

Questão 53

Determinado serviço de *streaming* de filmes alterou suas condições de uso de maneira compulsória e sem emitir prévio aviso aos consumidores. A partir da alteração, os consumidores passaram a ser cobrados por cada produto assistido no catálogo da plataforma e por cada aparelho conectado na conta do usuário. A medida pegou de surpresa para milhares de usuários que se depararam com valores exorbitantes nas faturas e carteiras de pagamento. O Ministério Público, ao ter conhecimento do fato, ajuizou uma ação coletiva visando à indenização dos consumidores e à revisão da política de cobrança dos usuários que já eram clientes à época da mudança. A ação foi julgada procedente pelo juízo competente.

Com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- Ⓐ a condenação será líquida, fixando-se a responsabilidade genérica do réu pelos danos.
- Ⓑ caberá liquidação da sentença pelo Ministério Público, sendo vedado o ajuizamento de outras execuções.
- Ⓒ a condenação será genérica, fixando a responsabilidade dos réus pelos danos causados.
- Ⓓ caberá liquidação da sentença por associação legalmente constituída, sendo vedado o ajuizamento de outras execuções.
- Ⓔ a sentença será líquida e a sua execução seguirá individualmente, por responsabilidade somente das vítimas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A condenação será genérica, em caso de procedência do pedido, fixando a responsabilidade dos réus pelos danos causados, de acordo com a previsão do artigo 95 do CDC.*/

||B|| - **Incorreta.** A liquidação da sentença poderá ser ajuizada por todas as vítimas e seus sucessores, pois de acordo com o art.103, inciso III do CDC nas ações coletivas a sentença faz coisa julgada erga omnes, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do artigo 81, inciso III do parágrafo único do CDC. E o artigo 97 do CDC dispõe que a liquidação da sentença poderá ser promovida pela vítima e seus sucessores e pelos legitimados do artigo 82 do CDC.*/

||C|| - **Correta.** A sentença será genérica, em caso de procedência do pedido, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados, conforme o artigo 95 do CDC.*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 97 do CDC, a liquidação da sentença poderá ser promovida pela vítima e seus sucessores e pelos legitimados do artigo 82 do CDC.*/

||E|| - **Incorreta.** A liquidação da sentença poderá ser ajuizada por todas as vítimas e seus sucessores, pois de acordo com o art.103, inciso III do CDC nas ações coletivas a sentença faz coisa julgada erga omnes, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do artigo 81, inciso III do parágrafo único do CDC. E o artigo 97 do CDC dispõe que a liquidação da sentença poderá ser promovida pela vítima e seus sucessores e pelos legitimados do artigo 82 do CDC.*/

Questão 54

Sabendo-se que a principal atribuição do PROCON é aplicar diretamente sanções administrativas aos fornecedores que violem as normas de proteção ao consumidor, conforme disposto em lei, mas que há casos em que uma lesão ao consumidor pode ser objeto de apreciação em diferentes entes e níveis de atuação, é correto afirmar que, verificada infração consumerista decorrente de um mesmo fato imputado ao mesmo fornecedor, eventual conflito de competência entre o PROCON e outro órgão da administração pública destinado à defesa do consumidor será dirimido

- Ⓐ pela agência reguladora com atuação no respectivo setor do agente infrator.
- Ⓑ pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.
- Ⓒ pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.
- Ⓓ pelo Conselho Nacional do Consumidor.
- Ⓔ pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Ver artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.*/

||B|| - **Incorreta.** Ver artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.*/

||C|| - **Incorreta.** Ver artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.*/

||D|| - **Incorreta.** Ver artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.*/

||E|| - **Correta.** De acordo com a previsão do artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.*/

Questão 55

Acerca da ordem econômica e financeira na Constituição Federal de 1988, conforme a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- Ⓑ É lícita a terceirização entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, sendo mantida a responsabilidade solidária da empresa contratante.
- Ⓒ A disciplina do sistema financeiro nacional é determinada por lei complementar de iniciativa privativa do presidente da República.
- Ⓓ É constitucional lei estadual que veda a cobrança de valores adicionais para o cumprimento da obrigação de identificação das peças de roupa com etiquetas em braile, ante a ausência de violação aos princípios da livre iniciativa, do livre exercício econômico, da livre concorrência, da isonomia e da propriedade.
- Ⓔ É constitucional dispositivo de Constituição estadual que veda a prestação de serviços de arrecadação e movimentação de recursos financeiros por instituições financeiras privadas constituídas no país sob controle estrangeiro.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com a Súmula Vinculante n.º 49: “Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.”*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o Tema n.º 725 do STF, a responsabilidade da empresa contratante é subsidiária: “É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante” (RE 958.252, rel. min. Luiz Fux, julgamento em 30/8/2018, Pleno, DJe de 13/9/2019, Tema n.º 725, com mérito julgado).*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o STF, a propositura da LC não está sujeita à iniciativa privativa do presidente da República: “A disciplina do Sistema Financeiro Nacional deve se dar mediante lei complementar (CF, art. 192), mas não se exige iniciativa privativa do Presidente da República. Justamente ao contrário, o art. 48, XIII, da Constituição prevê, expressamente, a competência do Congresso Nacional para dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, que compõem o cerne da atuação do Banco Central” (ADI 6.696, red. do ac. min. Roberto Barroso, julgamento em 26/8/2021, Pleno, DJe de 13/12/2021).*/

||D|| - **Correta.** Conforme jurisprudência do STF, lei estadual, ao vedar a cobrança de valores adicionais para o cumprimento da obrigação imposta — identificação das peças de roupa com etiquetas em braile —, não viola os princípios da livre iniciativa, do livre exercício econômico, da livre concorrência, da isonomia e da propriedade, porquanto o Estado, no exercício legítimo da normatização, regulamentação e fiscalização da atividade econômica, editou diploma legal voltado à implementação dos objetivos fundamentais da República (CF, art. 3.º, I, III e IV), a assegurar a existência digna de todos (CF, art. 170, *caput*), bem assim à promoção da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1.º, III), especialmente daqueles com deficiência.*/

||E|| - **Incorreta.** O STF decidiu que é inconstitucional dispositivo de Constituição estadual que veda a prestação de serviços de arrecadação e movimentação de recursos financeiros por instituições financeiras privadas constituídas no país sob controle estrangeiro (vide ADI 3.565, rel. min. Roberto Barroso, julgamento em 3/7/2023, Pleno, DJe de 22/8/2023).*/

Questão 56

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais e aos direitos humanos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A renúncia expressa da nacionalidade brasileira perante a autoridade competente obsta ao interessado a requalificação de sua nacionalidade brasileira originária.
- Ⓑ O poder constituinte originário definiu, de forma expressa, que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à juventude e a assistência aos desamparados.
- Ⓒ É inconstitucional, por violar os direitos à intimidade e à privacidade, lei estadual que preveja o arquivamento de materiais genéticos de nascituros e parturientes, em unidades de saúde, com o fim de realização de exames de DNA comparativo em caso de dúvida.
- Ⓓ A presença de símbolos religiosos em prédios públicos pertencentes a qualquer dos Poderes dos entes federativos, ainda que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.
- Ⓔ É inconstitucional, por violação à liberdade de exercício profissional e ao princípio da livre iniciativa, norma federal que estabeleça a exigência do registro do profissional de educação física e a descrição das atividades a serem desempenhadas pela categoria.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A EC n.º 131/2023 alterou o art. 12 da Carta Magna para estabelecer que a renúncia da nacionalidade por pedido expresso do próprio interessado perante autoridade brasileira competente não o impede de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.*/

||B|| - **Incorreta.** O transporte como direito social é decorrente do poder constituinte derivado. Além do mais, não se enquadra como direito social a proteção da juventude.*/

||C|| - **Correta.** Conforme tese fixada na ADI 5.545/RJ: “É inconstitucional a lei estadual que preveja o arquivamento de materiais genéticos de nascituros e parturientes, em unidades de saúde, com o fim de realizar exames de DNA comparativo em caso de dúvida”.*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o entendimento do STF estabelecido no julgamento do Tema 1.086: “A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, pertencentes a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade”.*/

||E|| - **Incorreta.** O STF entendeu que a norma que exige o registro profissional e descreve as atividades a serem desempenhadas pela categoria é constitucional (ADI 6.260/DF, relator ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 25/10/2024).*/

Questão 57

Com base na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do STF acerca da seguridade social, assinale a opção correta.

- Ⓐ São princípios da seguridade social a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, o acesso universal, gratuito e igualitário e a diversidade da base de financiamento.
- Ⓑ Apesar de constituir direito fundamental, o direito à previdência social está sujeito aos efeitos do tempo e da inércia de seu titular, em relação à pretensão ao direito do recebimento de benefício previdenciário.
- Ⓒ A previdência privada, regulada por lei ou regulamento próprio, tem caráter complementar e é de filiação obrigatória, baseando-se na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.
- Ⓓ Os órgãos responsáveis pela saúde, pela previdência social e pela assistência social devem estabelecer metas e prioridades na lei de diretrizes orçamentárias e elaborar, de forma descentralizada e independente, a proposta de orçamento da seguridade social.
- Ⓔ A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo permitida a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação desse serviço público.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4 Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social na Constituição Federal de 1988. **Incorreta.** O acesso universal e gratuito diz respeito à saúde. Vide artigos 194 e 196 da Constituição Federal de 1988.*/

||B|| - **Incorreta.** A assertiva está em sentido oposto ao que foi decidido na ADI 6.096: “O núcleo essencial do direito fundamental à previdência social é imprescritível, irrenunciável e indisponível, motivo pelo qual não deve ser afetada pelos efeitos do tempo e da inércia de seu titular a pretensão relativa ao direito

ao recebimento de benefício previdenciário. Este Supremo Tribunal Federal, no RE 626.489, de relatoria do i. min. Roberto Barroso, admitiu a instituição de prazo decadencial para a revisão do ato concessório porque atingida tão somente a pretensão de rediscutir a graduação pecuniária do benefício, isto é, a forma de cálculo ou o valor final da prestação, já que, concedida a pretensão que visa ao recebimento do benefício, encontra-se preservado o próprio fundo do direito” (ADI 6.096, rel. min. Edson Fachin, julgamento em 13/10/2020, Pleno, DJe de 26/11/2020).*/

||C|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o teor do artigo 202 da Constituição Federal de 1988.*/

||D|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o artigo 195, parágrafo 2.º, da Constituição Federal de 1988.*/

||E|| - **Correta.** “É constitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde.” (STF. Plenário. ADI 4.197/SE, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 1.º/3/2023 (Informativo 1.085).*/

Questão 58

Em relação à forma e ao sistema de governo, bem como à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- Ⓐ É possível a prorrogação do estado de defesa, sucessivas vezes, por período não superior a 30 dias, desde que persistam as razões que justificaram a sua decretação.
- Ⓑ Parlamentarismo é o sistema de governo típico das monarquias constitucionais, em que o Poder Legislativo assume funções político-governamentais mais amplas.
- Ⓒ Durante estado de defesa, a prisão de qualquer pessoa não poderá ultrapassar o período de 10 dias, salvo se autorizada pelo Poder Judiciário, sendo excepcionalmente permitida a incomunicabilidade do preso.
- Ⓓ Durante estado de sítio decretado ante declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, é admissível a detenção em edifício destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- Ⓔ A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e os territórios.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o artigo 136, parágrafo 2.º, da Constituição Federal de 1988.*/

||B|| - **Correta.** Parlamentarismo é o sistema de governo típico das monarquias constitucionais. O Poder Executivo se divide em duas partes: um chefe de Estado, exercido pelo monarca ou pelo presidente da República; e um primeiro-ministro ou presidente do conselho de ministros. O Poder Legislativo assume no Parlamentarismo funções político-governamentais mais amplas, e se transforma em parlamento, na medida em que compreende também os membros do governo: primeiro-ministro e conselho de ministros.*/

||C|| - **Incorreta.** O artigo 136, parágrafo 3.º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 veda a incomunicabilidade do preso na vigência do estado de defesa.*/

||D|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o artigo 137 c/c 139 da Constituição Federal de 1988.*/

||E|| - **Incorreta.** A assertiva apresenta erro quando incluiu os territórios na organização político-administrativa da República Federativa do Brasil (art. 18 da Constituição Federal de 1988).*/

Questão 59

Os poderes da administração pública referem-se às faculdades ou atribuições do Estado ou de seus órgãos para o exercício da função administrativa. Esses poderes são exercidos por meio de atos administrativos e estão sujeitos a certos princípios e limites legais, visando à concretização do interesse público. A respeito dos poderes da administração pública e do abuso de poder, assinale a opção correta.

- Ⓐ Diante da constatação de uma infração, a administração pública é obrigada a punir o agente da infração, sendo esse um dever vinculado, porém a escolha da punição é discricionária; ou seja, o poder disciplinar é vinculado quanto ao dever de punir e discricionário quanto à escolha da penalidade.
- Ⓑ O poder regulamentar é aquele de que o Poder Executivo se utiliza para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- Ⓒ O poder hierárquico enquadra-se na categoria ampla denominada de poder normativo, que inclui a edição de todas as diversas categorias de atos abstratos, tais como regimentos, instruções, deliberações, resoluções e portarias.
- Ⓓ O uso irregular do poder na edição de ato administrativo é um vício que torna anulável o ato sempre que o agente exerce indevidamente determinada competência administrativa, o que torna ilegítima a conduta do administrador.
- Ⓔ O abuso de poder ocorre quando a autoridade, competente ou não para praticar o ato, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** O poder disciplinar consiste na possibilidade de a administração aplicar punições aos agentes públicos que cometam infrações funcionais. Assim, é um poder interno (porque pode ser exercido sobre agentes públicos, mas não sobre particulares, exceto quando estes forem contratados da administração), não permanente (é aplicável apenas se e quando o servidor cometer falta funcional) e discricionário (porque a administração pode escolher, com alguma margem de liberdade, a punição que considerar mais apropriada à conduta do agente público). Ao constatar a infração, a administração é obrigada a punir o agente. Trata-se de um dever vinculado. Mas a escolha da punição é discricionária. Assim, o poder disciplinar é vinculado quanto ao dever de punir e discricionário quanto à seleção da pena aplicável.*/

||B|| - **Incorreta.** O conceito apresentado corresponde ao do poder hierárquico.*/

||C|| - **Incorreta.** O conceito apresentado corresponde ao do poder regulamentar.*/

||D|| - **Incorreta.** Uso irregular do poder ou abuso de poder é um vício que torna o ato administrativo nulo sempre que o agente exerce indevidamente determinada competência administrativa. Além de causar a invalidade do ato, a prática do abuso de poder constitui ilícito ensejador de responsabilização da autoridade.*/

||E|| - **Incorreta.** Para a corrente majoritária, o abuso de poder sempre pressupõe um agente público competente. O abuso de poder afeta os requisitos motivo, objeto (excesso de poder) ou finalidade (desvio de poder), porém o ato não tem vício quanto à competência e à forma.*/

Questão 60

Maria é professora efetiva de rede estadual de ensino, tendo ingressado no cargo público por meio de concurso público de provas e títulos. Após anos em exercício, foi eleita para mandato de vereadora no mesmo município em que leciona. Diante da nova situação funcional de Maria, o ente federativo estadual determinou imediatamente sua exoneração, sob o argumento de que a acumulação de cargos seria incompatível com o exercício da vereança. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, alegando que sua exoneração violava normas constitucionais sobre agentes públicos.

Com base nas normas constitucionais aplicáveis ao caso, assinale a opção correta.

- A** A exoneração foi correta, pois é vedada, em qualquer hipótese, a acumulação de cargo público com mandato eletivo, independentemente de compatibilidade de horários.
- B** A servidora poderia ter sido afastada do cargo de professora, ficando com a remuneração do cargo eletivo, por ser vedada a acumulação de remunerações em qualquer hipótese.
- C** A Constituição Federal de 1988 admite a acumulação do cargo de professora com o mandato de vereadora, desde que haja compatibilidade de horários, tendo sido, portanto, indevida a exoneração.
- D** A opção entre o cargo de professora e o mandato eletivo compete exclusivamente ao chefe do Poder Executivo estadual, conforme o interesse da administração pública.
- E** A servidora somente poderia acumular o cargo público com o mandato eletivo se este fosse de deputado estadual, por ser vedada tal possibilidade aos vereadores.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. O art. 38, III, da Constituição Federal de 1988 permite a acumulação de cargos em determinadas situações: “Art. 38 (...) III – Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.” Ou seja, é constitucionalmente possível acumular o cargo de professora com o de vereadora, desde que haja compatibilidade de horários. Portanto, a exoneração não foi correta, pois sequer houve análise da compatibilidade de horários.*/

||B|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 permite a acumulação com remuneração de ambos os cargos, desde que os horários sejam compatíveis (art. 38, III). A vedação só existe quando não há compatibilidade, hipótese em que o servidor deve optar por um dos cargos (art. 38, II e III). Portanto, a afirmativa está errada ao afirmar que a acumulação de remunerações é vedada em qualquer hipótese.*/

||C|| - Correta. Conforme o art. 38, III, da Constituição Federal de 1988, a acumulação é expressamente permitida, com manutenção da remuneração dos dois cargos, se houver compatibilidade de horários. Portanto, a exoneração, sem verificação dessa compatibilidade, é indevida e contrária às normas constitucionais.*/

||D|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 não atribui ao chefe do Poder Executivo o poder de determinar a opção entre os cargos. Essa opção cabe ao próprio servidor, caso não haja compatibilidade de horários (art. 38, III). A exoneração por imposição administrativa, sem respeitar o direito de opção do servidor, é inconstitucional.*/

||E|| - Incorreta. A possibilidade de acumulação é expressamente prevista para o cargo de vereador (art. 38, III). Para deputado estadual, aplica-se o afastamento com subsídio do mandato, conforme art. 38, II. Portanto, a Constituição Federal de 1988 distingue as hipóteses: para o cargo eletivo de deputado estadual ou federal e senador, prevê o afastamento obrigatório do cargo público; para o cargo eletivo vereador, é permitida a acumulação, se houver compatibilidade de horários.*/

Questão 61

No que se refere ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O controle interno da administração pública é realizado exclusivamente pelo Poder Executivo, sem qualquer participação de outros Poderes.
- B** O Tribunal de Contas da União (TCU) tem competência para julgar a constitucionalidade de leis ou atos normativos.
- C** O controle externo exercido pelo Poder Legislativo inclui a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública.
- D** Atos administrativos discricionários não se submetem ao controle judicial, ainda que apresentem vício de legalidade.
- E** O Poder Judiciário pode anular atos administrativos discricionários sempre que entender mais adequada outra decisão administrativa.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. O controle interno não é exclusivo do Poder Executivo; cada Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) realiza o próprio controle interno, conforme previsto no art. 74 da Constituição Federal de 1988.*/

||B|| - Incorreta. O TCU não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos. Essa atribuição é exclusiva do Poder Judiciário.*/

||C|| - Correta. O controle externo exercido pelo Poder Legislativo inclui a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública, conforme o artigo 70 da Constituição Federal de 1988.*/

||D|| - Incorreta. O Poder Judiciário pode analisar atos administrativos discricionários quanto aos aspectos de legalidade e moralidade. A discricionariedade não impede o controle de eventuais abusos ou desvios de finalidade.*/

||E|| - Incorreta. O Poder Judiciário não pode substituir a administração pública na avaliação de mérito do ato discricionário (conveniência e oportunidade). Seu controle se limita à legalidade, não alcançando a escolha do conteúdo do ato (Constituição Federal de 1988, arts. 2.º e 5.º, XXXV).*/

Questão 62

Acerca da administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.

- A** As fundações e empresas públicas compõem a administração direta.
- B** As sociedades de economia mista integram a administração direta e se subordinam ao ente federativo que as criou.
- C** As autarquias possuem personalidade jurídica de direito privado e atuam em atividades de natureza econômica.
- D** A administração indireta é composta por pessoas jurídicas vinculadas à administração direta, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- E** A administração pública direta é responsável pela execução das políticas públicas, enquanto a administração indireta realiza exclusivamente atividades de regulação.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** As fundações e empresas públicas integram a administração indireta.*/

||B|| - **Incorreta.** As sociedades de economia mista pertencem à administração indireta e possuem autonomia administrativa, não sendo subordinadas, mas vinculadas ao ente federativo que as instituiu.*/

||C|| - **Incorreta.** As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e exercem atividades típicas da administração pública, geralmente não relacionadas à exploração de atividades econômicas.*/

||D|| - **Correta.** A administração indireta é composta por pessoas jurídicas vinculadas à administração direta, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.*/

||E|| - **Incorreta.** Tanto a administração direta quanto a indireta podem atuar na formulação, execução e regulação de políticas públicas, a depender da natureza das atividades delegadas ou desempenhadas.*/

Questão 63

O titular de determinada microempresa foi notificado quanto à sua exclusão do regime do Simples Nacional sob a justificativa de que havia sido constatada a existência de cotas de capital associados ao referido CNPJ em uma cooperativa de crédito.

Na situação hipotética precedente, a exclusão da microempresa do regime do Simples Nacional é

- Ⓐ ilegal, pois o titular pode participar com até 10% do capital de outra empresa.
- Ⓑ ilegal, pois é lícita a participação de microempresas em cooperativas de crédito.
- Ⓒ legal, pois é ilícita a participação de microempresas no capital de outra pessoa jurídica.
- Ⓓ legal, pois a participação em cooperativas de crédito é lícita ao titular, embora não à empresa.
- Ⓔ legal, pois cooperativas de crédito são pessoas jurídicas com natureza de sociedade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, “§ 4.º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;”. Entretanto, o § 5.º do mesmo dispositivo legal ressalva que “O disposto nos incisos IV e VII do § 4.º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.”. A ressalva contida na lei não prevê, portanto, participação da microempresa com até 10% do capital de outra empresa.*/

||B|| - **Correta.** De acordo com o art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, “§ 4.º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;”. Entretanto, o § 5.º do mesmo dispositivo legal ressalva que “O disposto nos incisos IV e VII do § 4.º deste artigo não se aplica à participação no capital de

cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.”.*/

||C|| - **Incorreta.** Foi ilegal a exclusão da microempresa do regime do Simples Nacional, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006 (art. 3.º,

||D|| - **Incorreta.** Foi ilegal a exclusão da microempresa do regime do Simples Nacional, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006 (art. 3.º, §§ 4.º, 5.º e 6.º).*/

||E|| - **Incorreta.** Foi ilegal a exclusão da microempresa do regime do Simples Nacional, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006 (art. 3.º,

Questão 64

Com base nas disposições legais e doutrinárias acerca do registro de empresas, julgue os seguintes itens.

- I É vedado às juntas comerciais realizar convênios com entidades privadas para desconcentração dos próprios serviços.
- II O produtor rural é considerado empresário, independentemente de inscrição no registro público de empresas mercantis.
- III O ato de arquivamento previsto na Lei n.º 8.934/1994 compreende atos relativos a consórcio e grupo de sociedade previstos em lei, exceto atos de empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois o art. 7.º da Lei n.º 8.934/1994 dispõe que as juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos e entidades privadas, desde que sem fins lucrativos, preservada a competência das atuais delegacias.*/

||B|| - **Correta.** O item II está certo, pois o Código Civil confere tratamento diferenciado ao produtor rural, conforme consta do art. 970, estipulando que ele poderá requerer a sua inscrição no registro público de empresas mercantis, nos termos do art. 971, quando será equiparado ao empresário sujeito a registro. De acordo com a doutrina, da interpretação do dispositivo se conclui que o produtor rural já é considerado como empresário pelo conteúdo do art. 971. O registro é facultativo, de forma a equiparar o produtor rural ao empresário comum, para todos os fins.*/

||C|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois o art. 7.º da Lei n.º 8.934/1994 dispõe que as juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos e entidades privadas, desde que sem fins lucrativos, preservada a competência das atuais delegacias. O item III está errado, pois o art. 32 da Lei n.º 8.934/1994 estabelece que o registro compreende o arquivamento, entre outros, dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.*/

||D|| - **Incorreta.** Os itens I e III estão errados.*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas o item II está certo.*/

Questão 65

Uma sociedade empresária atuante no setor imobiliário encontra dificuldades para honrar suas obrigações. Em um processo de execução movido em seu desfavor, foi requerida a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica da referida sociedade, para que os créditos fossem satisfeitos pelo patrimônio dos seus sócios.

De acordo com a previsão legal e a jurisprudência majoritária acerca da teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, entre seus requisitos, está a constatação de

- Ⓐ ato intencional dos sócios de fraudar terceiros.
- Ⓑ insolvência da empresa em situação de crise.
- Ⓒ alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- Ⓓ encerramento irregular da sociedade.
- Ⓔ não localização de bens penhoráveis em processo de execução.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, o ordenamento pátrio consagra duas teorias básicas para a responsabilização dos sócios: teoria maior e teoria menor. A primeira aplica-se ao caso de desvirtuamento da personalidade jurídica, ao passo que a segunda se caracteriza pelo simples inadimplemento das obrigações da sociedade. A teoria maior, por sua vez, subdivide-se em subjetiva e objetiva. Pela primeira formulação, a desconsideração requer o elemento fraude; pela segunda, basta que se demonstre a confusão patrimonial. A legislação civil adota a teoria maior, nas suas duas vertentes, conforme dispõe o artigo 50 do Código Civil (com redação dada pela Lei n.º 13.874/2019). Em se tratando de relação jurídica de natureza civil-empresarial, incide a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica. Os requisitos previstos no artigo 50 do Código Civil são assim caracterizados: desvio de finalidade, pelo ato intencional dos sócios de fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica; confusão patrimonial, pela inexistência de separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e os de seus sócios. Em relação aos requisitos necessários à desconsideração, o STJ pacificou o entendimento de que o encerramento irregular da sociedade aliado à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo não constitui motivo suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica.*

||B|| - **Incorreta.** Não se trata de requisito suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência pacificada do STJ.*

||C|| - **Incorreta.** Não se trata de requisito suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência pacificada do STJ.*

||D|| - **Incorreta.** Não se trata de requisito suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência pacificada do STJ.*

||E|| - **Incorreta.** Não se trata de requisito suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência pacificada do STJ.*

Questão 66

Acerca das modalidades de dissolução, liquidação e extinção das sociedades, julgue os itens a seguir.

- I A transformação exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas, salvo se prevista no estatuto ou no contrato social.
- II A fusão ou cisão da companhia emissora de debêntures em circulação será realizada, em regra, sem a prévia aprovação dos debenturistas.
- III Nas operações de fusão, o valor do patrimônio líquido a ser vertido para a formação de capital social deve ser, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II e III estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e III estão certos.*

||B|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e III estão certos.*

||C|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois a regra é a necessidade de prévia aprovação dos debenturistas, reunidos em assembleia especialmente convocada com esse fim, conforme o art. 231 da Lei n.º 6.404/1976. Nos termos do § 1.º do mesmo dispositivo, a aprovação pela assembleia será dispensada se for assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação, o resgate das debêntures de que forem titulares.*

||D|| - **Correta.** O item I está certo, pois o art. 221 da Lei n.º 6.404/1976 dispõe que “a transformação exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas, salvo se prevista no estatuto ou no contrato social, caso em que o sócio dissidente terá o direito de retirar-se da sociedade. Parágrafo único. Os sócios podem renunciar, no contrato social, ao direito de retirada no caso de transformação em companhia”. O item III está certo, pois o art. 226 do mesmo diploma legal dispõe que “As operações de incorporação, fusão e cisão somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas se os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social é, ao menos, igual ao montante do capital a realizar”.*

||E|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e III estão certos.*

Questão 67

Um juiz do trabalho determinou, em um processo, a penhora de 30% dos proventos líquidos de aposentadoria percebidos pela parte executada na vigência do Código de Processo Civil de 2015.

Nessa situação hipotética, a impetração de mandado de segurança contra a determinação judicial é

- Ⓐ incabível, por existir recurso próprio para atacar o ato impugnado.
- Ⓑ cabível, e a segurança deverá ser concedida, por serem os proventos de aposentadoria absolutamente impenhoráveis.
- Ⓒ cabível, mas a segurança deverá ser denegada.
- Ⓓ cabível, e a segurança deverá ser concedida, em razão de as dívidas trabalhistas não possuírem natureza de prestação alimentícia.
- Ⓔ incabível, por não haver ilegalidade ou abuso de poder no ato impugnado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do TST excepciona a aplicação da sua Orientação Jurisprudencial n.º 92 aos casos de penhora incidente sobre percentual de proventos de aposentadoria, em razão da natureza do gravame imposto pelo ato judicial e o risco de dano irreparável. “MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ORDINÁRIO. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO QUE DETERMINA PENHORA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO EXECUTADO. EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO. HIPÓTESE DE MITIGAÇÃO DA OJ SBDI-2 N.º 92 DO TST. PRECEDENTES. 1. A litisconsorte passiva sustenta que o Mandado de Segurança seria incabível na espécie, à luz da diretriz oferecida pela OJ SBDI-2 n.º 92 deste Tribunal Superior. 2. Impende salientar, contudo, que a jurisprudência da SBDI-2 desta Corte sedimentou-se no sentido de admitir a ação mandamental diante de penhora impressa sobre salários e proventos do executado para verificação de sua adequação às balizas legais, mesmo diante da existência de recurso específico previsto na legislação, em razão da gravidade do ato e da possibilidade da irreparabilidade do dano decorrente, em hipótese de excepcional afastamento da OJ SBDI-2 n.º 92. Precedentes. 3. Recurso Ordinário conhecido e não provido” (ROT-356-63.2022.5.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 15/9/2023).*/

||B|| - **Incorreta.** O TST, por meio de sua Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, entende que o mandado de segurança é cabível na presente hipótese, tendo alterado a redação da Orientação Jurisprudencial n.º 153 da SBDI-2 daquela corte para restringir a impenhorabilidade nela destacada para os atos praticados sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, o que não é o caso apresentado na questão.*/

||C|| - **Correta.** A jurisprudência do TST entende cabível o mandado de segurança no caso presente e reconhece não haver nenhuma ilegalidade ou abusividade na decisão proferida nesses termos, razão pela qual a segurança postulada deve ser denegada no caso. (vide ROT-0014114-32.2023.5.03.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 08/11/2024).*/

||D|| - **Incorreta.** O TST, no julgamento do Tema 75 da sua tabela de recursos de revista repetitivos, fixou a tese de que “Na vigência do Código de Processo Civil de 2015, é válida a penhora dos rendimentos (CPC, art. 833, inciso IV) para satisfação de crédito trabalhista, desde que observado o limite máximo de 50% dos rendimentos líquidos e garantido o recebimento de, pelo menos, um salário mínimo legal pelo devedor”. Esse entendimento reafirma a jurisprudência no sentido de que o crédito trabalhista é considerado prestação alimentícia na justiça do trabalho, nos termos do art. 833, § 2.º, do Código de Processo Civil.*/

||E|| - **Incorreta.** Conquanto a jurisprudência do TST não reconheça ilegalidade ou abuso de poder do ato impugnado em tal hipótese, o mandado de segurança é cabível em razão da natureza do gravame imposto pelo ato judicial e do risco de dano irreparável. (ROT-356-63.2022.5.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 15/9/2023).*/

Questão 68

Assinale a opção que corresponde corretamente à única hipótese que justifica que o prazo decadencial para a propositura de ação rescisória no processo do trabalho se extinga, no máximo, em cinco anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

- A) ofensa à coisa julgada
- B) prova falsa
- C) erro de fato
- D) violação manifesta de norma jurídica
- E) prova nova

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 975 do Código de Processo Civil, o prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em ofensa à coisa julgada (art. 966, IV, do CPC) é de 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, observada a Súmula n.º 100 do TST, quando for o caso.*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 975 do Código de Processo Civil, o prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em prova falsa (art. 966, VI, do CPC) é de 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, observada a Súmula n.º 100 do TST, quando for o caso.*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 975 do Código de Processo Civil, o prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em erro de fato (art. 966, VIII, do CPC) é de 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, observada a Súmula n.º 100 do TST, quando for o caso.*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 975 do Código de Processo Civil, o prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V, do CPC) é de 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, observada a Súmula n.º 100 do TST, quando for o caso.*/

||E|| - **Correta.** Conforme o § 2.º do art. 975 do Código de Processo Civil, “Se fundada a ação no inciso VII do art. 966, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo”.*/

Questão 69

Com relação ao benefício da justiça gratuita no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A) A declaração de hipossuficiência econômica para a concessão da justiça gratuita a pessoa natural pode ser firmada por advogado regularmente constituído, independentemente da outorga de poderes específicos para esse fim.
- B) É vedada a concessão do benefício da justiça gratuita a pessoa natural que receba salário superior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.
- C) O beneficiário da justiça gratuita é isento do pagamento de honorários sucumbenciais.
- D) A concessão da gratuidade de justiça não isenta o beneficiário do pagamento de multa que lhe tenha sido imposta por interposição de agravo interno manifestamente inadmissível.
- E) Os sindicatos das categorias profissionais, para atuarem enquanto substitutos processuais, não necessitam comprovar insuficiência de recursos para a concessão do benefício da justiça gratuita.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A Súmula n.º 463 do TST estabelece que “A partir de 26.06.2017, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC)”.*/

||B|| - **Incorreta.** O § 3.º do art. 790 da CLT, com redação dada pela Lei n.º 13.467/2017, dispõe que “É facultado aos juizes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social” e o § 4.º do referido artigo estabelece que “O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo”. Percebe-se, portanto, que a norma jurídica não veda a concessão do benefício da justiça gratuita a quem perceba salário superior acima de 40% do limite máximo dos benefícios do RGPS. O Tribunal Pleno do TST, no julgamento do processo n.º TST-IncJulgRREmbRep-277-83.2020.5.09.0084, fixou a tese jurídica que ratifica esse entendimento.*/

||C|| - **Incorreta.** A concessão do benefício da justiça gratuita não isenta o beneficiário do pagamento de honorários sucumbenciais, ficando as obrigações decorrentes de sua sucumbência sob condição suspensiva de exigibilidade, conforme previsto no § 4.º do art. 791-A da CLT e decidido pelo STF no julgamento da ADI 5.766/DF.*/

||D|| - **Correta.** O § 5.º do art. 1.021 do CPC estabelece que “A interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final”, bem como o § 4.º do art. 99 do CPC dispõe que “A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas”. Além disso, a Orientação Jurisprudencial n.º 389 da SbDI-1 do TST é no seguinte sentido: “Constitui ônus da parte recorrente, sob pena de deserção, depositar previamente a multa aplicada com fundamento nos do CPC de 2015 (§ 2º do art. 557 do CPC de 1973), à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de justiça gratuita, que farão o pagamento ao final.”.*/

||E|| - **Incorreta.** A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST, no julgamento do processo TST-E-RR-125100-16.2012.5.17.0011, entendeu o seguinte: “A jurisprudência desta Corte encaminha-se no sentido de que, para a excepcional concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica é imprescindível a comprovação de impossibilidade de arcar com o recolhimento das custas processuais, inclusive em se tratando de entidade sindical ou sem fins lucrativos. Nesse caso, entende-se que a concessão do benefício em questão depende da demonstração inequívoca de que o sindicato não pode arcar com as despesas das custas processuais, não bastando para tanto a mera declaração de hipossuficiência econômica. Faz-se necessária a efetiva comprovação do alegado estado de dificuldade financeira, o que não se verifica nos autos. Recurso conhecido por divergência jurisprudencial e não provido” (E-RR-125100-16.2012.5.17.0011, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 12/6/2015).*/

Questão 70

Acerca do processo para homologação de acordo extrajudicial na justiça do trabalho e de sua rescisão, assinale a opção correta.

- Ⓐ A sentença homologatória de acordo extrajudicial é rescindível tão somente se verificada fraude ou vício de consentimento.
- Ⓑ O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para ajuizar ação rescisória para desconstituir sentença homologatória de acordo extrajudicial que verse sobre direitos patrimoniais disponíveis.
- Ⓒ O trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo entabulado entre as partes é imediato.
- Ⓓ O prazo prescricional dos direitos especificados na petição de homologação de acordo extrajudicial é interrompido com a sua apresentação em juízo.
- Ⓔ A petição do acordo extrajudicial deve ser conjunta e as partes podem ser representadas por advogado comum.

Espaço livre**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Correta.** A jurisprudência da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do TST entende ser aplicável à sentença homologatória de acordo extrajudicial a sua Orientação Jurisprudencial n.º 154, a seguir transcrita: “AÇÃO RESCISÓRIA. ACORDO PRÉVIO AO AJUIZAMENTO DA RECLAMAÇÃO. QUITAÇÃO GERAL. LIDE SIMULADA. POSSIBILIDADE DE RESCISÃO DA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO APENAS SE VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. A sentença homologatória de acordo prévio ao ajuizamento de reclamação trabalhista, no qual foi conferida quitação geral do extinto contrato, sujeita-se ao corte rescisório tão somente se verificada a existência de fraude ou vício de consentimento. Observação: (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)”. No mesmo sentido, cita-se o ROT-0001167-23.2022.5.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 8/11/2024.*/

||B|| - **Incorreta.** A legitimidade *ad causam* conferida ao Ministério Público do Trabalho pelo art. 967, III, b, do Código de Processo Civil e reforçada pela Súmula n.º 407 do TST o autoriza a atuar como fiscal da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal de 1988). Todavia, os arts. de 855-B a 855-E da CLT regulamentam o processo de jurisdição voluntária para que as partes possam transacionar direitos e obrigações decorrentes do contrato de emprego, buscando em juízo apenas a homologação judicial da avença. Uma vez especificado na opção da questão que o acordo versa sobre direitos patrimoniais disponíveis, não há dúvida acerca da ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho. *Vide* ROT-24213-47.2021.5.24.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relatora ministra Liana Chaib, DEJT 4/10/2024.*/

||C|| - **Incorreta.** A decisão que transita em julgado imediatamente para as partes é a que homologa o acordo, conforme o parágrafo único do art. 831 da CLT e o item V da Súmula n.º 100 do TST. Contra a decisão que nega a homologação do acordo, é cabível a interposição de recurso.*/

||D|| - **Incorreta.** O *caput* do art. 855-E da CLT estabelece que “A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados” e seu parágrafo único dispõe que “O prazo prescricional voltará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo”. Portanto, não há interrupção, mas tão somente suspensão do prazo prescricional.*/

||E|| - **Incorreta.** O *caput* do art. 855-B dispõe que “O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado”, mas seu § 1.º estipula que “As partes não poderão ser representadas por advogado comum”.*/